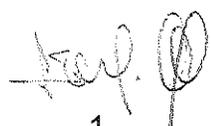


CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU
Ata da 245ª (Ducentésima Quadragésima Quinta) Reunião Ordinária
Dia 23 de fevereiro de 2018

Às 09:00h (nove) horas do dia 23 de fevereiro de 2018 (dois mil e dezoito), na sala de reunião da Secretaria de Planejamento Urbano, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência do Dr. João Batista Meira Braga. Havendo número legal, o presidente declarou aberta a reunião. Fazendo a leitura da pauta. 1 - Aprovação/Assinatura da Ata da 244ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de fevereiro de 2018. 2 - Apresentação para análise dos Balanços Orçamentários das prestações de Contas dos anos: 2015, 2016 do Fundo de Desenvolvimento Urbano. Dr. Benedito Marques – Chefe da Divisão de Administração e Finanças – SEMOC. 3 - Análise do Processo nº07.50107.2.16 – Réplica do processo indeferido por decurso de prazo nº 07.18302.1.14 – Projeto de Reforma com acréscimo de área e sem mudança de uso, da Faculdade Marista do Recife composta por: Instituição Beneficente denominada Colégio Conceição (pré-escolar, 1º e 2º graus); Escola de Ensino Superior; Recanto Nazaré (Casa de Repouso dos Irmãos Idosos); Refeitório dos Irmãos Maristas; Igreja; Centro de Recuperação de Computadores (programa social no treinamento de jovens carentes na reciclagem de sucata de computadores) do imóvel situado na Rua Jorge Tasso Neto nº 318, Apipucos. Conselheira relatora, arquiteta Dra. Rúbia Maria Simões Campelo, representante da Autarquia de Urbanização do Recife – URB. 3 – Informes / Outros. Estiveram presentes os conselheiros: Dr. João Batista Meira Braga, Presidente, Dra. Taciana Maria Sotto-Mayor, suplente do Presidente, Dra. Emília Márcia Teixeira Avelino (Mana), Gerente de Processos Urbanísticos – SEMOC (titular), Dra. Luzia Silmira Meira (Mira), Chefe da Divisão de Normatização e Análise Viária - DILURB (suplente), Dr. Leonardo Bacelar de Araújo, Diretor Executivo de Regularização Fundiária e Desapropriação (suplente), Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, Presidente do Instituto da Cidade Engenheiro Pelópidas Silveira – ICPS/SEPLAN (titular), Dra. Rúbia Maria Simões Campelo, Gerente Geral de Planejamento e Projetos – Autarquia de Urbanização do Recife – URB (suplente), Dra. Cláudia de Oliveira Calábria, representante da CEF (suplente), Dra. Ana Cristina Assis de Oliveira, representante da Agência CONDEPE/FIDEM (suplente), Dr. Marcelo de Brito Albuquerque Pontes Freitas, representante do IPHAN (suplente), Dr. André Callou da Cruz,




1

representante do FIEPE (suplente), Dr. Paulo José Pessoa Monteiro, representante da CDL/RECIFE. (suplente), Dr. Eduardo Fernandes de Moura, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Sylvio Romero Gouveia Cavalcanti, representante do CREA-PE (suplente), Dra. Ana Maria Moreira Maciel, representante do CAU-PE (suplente), Dra. Sandra Pires Barbosa, representante da OAB/PE (suplente), Dr. Marcos Germano dos Santos Silva, representante do SAEPE (titular), Dr. Marcos Carvalheira de Mendonça, representante do IAB/PE (titular), Dr. Henrique Marques Lins, representante do Clube de Engenharia de Pernambuco e a Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (titular). Em seguida, passou para o item 1- Aprovação/ Assinatura da Ata da 244ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de fevereiro de 2018. Ata aprovada. Prosseguindo, o presidente passou para o item 2 - Apresentação para análise dos Balanços Orçamentários das prestações de Contas dos anos: 2015 e 2016 do Fundo de Desenvolvimento Urbano, solicitando ao Dr. Benedito Marques – Chefe da Divisão de Administração e Finanças – SEMOC, que fizesse a apresentação.” Inicialmente, quero lembrar que os balanços contábeis já foram enviados a todos os conselheiros. Farei uma apresentação simples do Fluxo de Caixa, entradas e saídas que ocorreram nos anos de 2015 e 2016. O ano de 2017 a contabilidade ainda não foi fechada, será apresentada na próxima reunião do Conselho.” Em seguida, fez a seguinte apresentação:

FLUXO DE CAIXA - 2015	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR R\$
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR / 2014	3.830.057,30
RECEITAS	
Remuneração das Disponibilidades	302,990.49
Receita Patrimonial	830,986.30
TOTAL (I)	1,133,976.79
DESPESAS	
J A RP DA COSTA CONTABIL EPP - Serv Téc. Prof. Espec. de Consultoria para a elaboração do Balanço Contábil Referente ao na o de 2015 do FDU.	1,000.00
UNIPAUTA FORMULÁRIOS - Confeção de 01 Caixa de Fomulário Continuo Nota de Empenho com 05 vias de Formato 240x305mm, para atender as necessidades do F.D.U	1,370.00
ETIQUETAS BRASIL INDUSTRIA - Aquisição de 1.000 mil etiquetas para patrimônio para supri as necessidades do Fundo de Desenvolvimento Urbano	1,250.00
POLICONSULT - Elaboração de Projeto Estrutural de uma cobertura a Ser Executada no Mercado Público do Cais de Santa Rita.	8,000.00
MATRIZ CONTÁBIL - Sev. Téc. Profissional Especializado de consultoria e assessoria ADM e Gerencia nas areas contabil e financeira p/ registro e monitoramento da execução orçamentaria financeira e patrimonial do F.D.U.	8,000.00
MARINHO CONSTRUÇÕES - Serviços de Engenharia, visando a construção de coberta e iluminação do pátio da Feira de Nova Descoberta.	54,336.85
FELIPE RANIER ME- Serviço relativo a confeção de quiosques metalicos, tipo T2 Alimentação com 2 lojas, T2 comercio com 2 lojas e T6 comercio com 8 lojas.	183,125.00


 PREFEITURA DO
RECIFE

FELIPE RANIER ME - Serviço relativo a confecção de quiosques metálicos, tipo T2 Alimentação com 2 lojas, T2 comércio com 2 lojas.	146,250.00
CORINTHO ENGENHARIA - Obras e instalações e construção de cobertura externa, pavimento e outros serviços complementares no Pátio da Feira de Água Fria.	124,010.46
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00*
HORIZONTE INDUSTRIA - Aquisição de 75 Bancas de feira e Quiosques metálicos conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano / Semoc.	127,575.00
TANDEN EMPREENDIMENTOS - Serviços de Engenharia visando a construção de cobertura metálica no pátio da Feira Provisório de Afogados.	258,278.59
MARINHO CONSTRUÇÕES - Serviços de Engenharia Visando a Instalação Elétrica para a colocação de tomadas em bancas do Pátio da Feira de Água Fria.	53,822.06
HORIZONTE INDUSTRIA E COMÉRCIO - Aquisição de 75 bancas de Feira e Quiosques Metálicos, conforme ARP Nº 06/14, PL Nº 26/14 E PE Nº 22/14 - CPLS, P/atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU	127,575.00
ESSE ENGENHARIA - Aquisição de Materiais de sinalização vertical e horizontal para serviços de sinalização na Cidade do Recife.	23,892.00
SN SINALIZADORA DE SINAL - Aquisição de Materiais de sinalização vertical e horizontal para serviços de sinalização na Cidade do Recife.	70,878.60
ESSE ENGENHARIA - Execução de Serviços de implantação e manutenção de sinalização vertical e Horizontal nas vias urbanas do município do Recife...	40,698.92
TOTAL (II)	2,123,087.48
Saldo Final	2.840.946,61
FLUXO DE CAIXA - 2016	
ESPECIFICAÇÕES	VALOR R\$
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR / 2015	2.840.946,61
RECEITAS	
Remuneração das Disponibilidades	27,722.52


 PREFEITURA DO
RECIFE

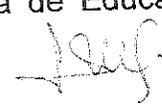
TOTAL (I)	27,722.52
DESPEASAS	
ESSE ENGENHARIA - Materiais de Sinalização Vertical e Horizontal para Serviços de Sinalização nas Ciclovias da Cidade do Recife	24,780.00
MATRIZ CONTÁBIL - Serv de Registro Contábeis e emissões de balancetes mensalmente e elaboração do balanço patrimonial, orçamentário, financeiro e demais demonstrações contábeis, concernentes à contabilidade pública.	8,000.00
FELIPE RANIER - Confecção de Quiosques metálicos tipo T2 comércio para atender as necessidades da CSURB. OBS.: Substituição da 2016NE000003	151,200.00
FELIPE RANIER - Confecção de Quiosques Metálicos, tipo T2 Alimentação com 2 lojas, T2 comércio com 2 lojas e T6 comércio com 6 lojas.	277,600.00
SANTOS & COELHO ESCRITORIO - Serv de contabilidade e demonstrações contábeis do FDU elaboração e informação para os órgãos de origem as obrigações tais como: GFIP, DCTF E DIRF relatório aos meses de janeiro a maio de 2016.	8,000.00
ESSE ENGENHARIA - Execução de serviços de implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal nas ciclovias do município do Recife.	78,649.85
HORIZONTE INDUSTRIA E COMÉRCIO - Aquisição de 75 bancas de feira e quiosques metálicos para atender as necessidades deste Fundo de Desenvolvimento Urbano	127,575.00
SIRGA ENGENHARIA - Matérias de Sinalização vertical e horizontal para serviços de Sinalização nas ciclovias da cidade do Recife.	95,445.00
TANDEN EMPREENDIMENTOS - Execução dos serviços de engenharia visando a construção de WC PNE no Patio da FERIA de Agua Fria.	13,998.78
TOTAL (II)	785,248.63
Saldo Final	2.083.420,50

Esses são os resumos da situação financeira do Fundo de Desenvolvimento Urbano.” Em seguida, Dr. João Braga passou a palavra ao conselheiro Marcos Germano dos Santos Silva, representante do SAEPE. “Tenho uma dúvida, esses recursos estão sendo aplicados em alguma conta? Pela apresentação, o ano encerra e inicia o outro sem nenhuma remuneração. Não há receita de remuneração do dinheiro que está aplicado?” Passando a palavra ao conselheiro Henrique Marques Lins, representante do Clube de Engenharia de Pernambuco. “Os recursos do Fundo depositados em conta única, não há possibilidade do Prefeito remanejar os recursos e aplicar em outro lugar? Dr. João Braga, falou que todos os recursos dos Fundos são canalizados em conta única da Prefeitura. Mas, as aplicações dos recursos são feitas distintamente.” Em seguida, se reportando ao conselheiro Marcos Germano, Dr. Benedito disse: “Existia a aplicação até 2015, depois não houve mais O depósito hoje é feito na conta única da Prefeitura.” Como não houve mais nenhum questionamento, os Balanços Orçamentários das prestações de contas dos anos 2015 e 2016, foram compreendidos e acatados pelos conselheiros presentes. Dando prosseguimento, o presidente passou para o item 3 da pauta- - Análise do Processo nº07.50107.2.16 – Réplica

do processo indeferido por decurso de prazo nº 07.18302.1.14 – Projeto de Reforma com acréscimo de área e sem mudança de uso, da Faculdade Marista do Recife composta por: Instituição Beneficente denominada Colégio Conceição (pré-escolar, 1º e 2º graus); Escola de Ensino Superior; Recanto Nazaré (Casa de Repouso dos Irmãos Idosos); Refeitório dos Irmãos Maristas; Igreja; Centro de Recuperação de Computadores (programa social no treinamento de jovens carentes na reciclagem de sucata de computadores) do imóvel situado na Rua Jorge Tasso Neto nº 318, Apipucos. Conselheira relatora, arquiteta Dra. Rúbia Maria Simões Campelo, representante da Autarquia de Urbanização do Recife – URB, convidando o arquiteto do empreendimento, Dr. Paulo Antônio Gabardo de Andrade para fazer a apresentação visual do projeto. “Essa apresentação tem uma importância muito grande em proteger as “Colinas de Apipucos.” O Instituto dos Irmãos Marista, instituição religiosa fundada em 02 de janeiro de 1817, no pequeno vilarejo de La Valla, França, por Marcelino Champagnat. Em pleno período de pós-revolução, quando o acesso à educação era privilégio de poucos, o então jovem padre deu início à missão de educar e evangelizar crianças e jovens, especialmente os mais necessitados. Um projeto de reforma com acréscimo de área e sem mudança de uso. Área do terreno: 126.941,02m². Confrontantes: Rua Dois Irmãos, Rua Itatiaia, Rua Jorge Tasso Neto, faixa marginal da BR-101 e com terreno de terceiros. Quadro resumo das características das edificações propostas: Área de Ocupação do Solo: 11,22%. Área de Construção: Existente= 10.929,56m². Acréscimo= 18.126,97m² Total =29.056,53m. Área de Solo Natural: 101.790,01m². Número de Vagas de Estacionamento: 391 vagas além das dispostas no local da antiga quadra ao lado do Colégio Conceição, em número de 55 vagas. A edificação existente já está legalizada através de “Aceite-se” nº 73.000094/2009. Atualmente, além do uso da Escola de Ensino Superior, temos os seguintes usos: ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR denominado Faculdade Marista do Recife; ESCOLA (1º e 2º graus -Instituição Beneficente denominada Colégio Conceição; CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE COMPUTADORES = CRC, CASA DE REPOUSO dos Irmãos Idosos, denominada Recanto de Nazaré. A preocupação da UNBEC com a manutenção do meio ambiente Adequação da Construção com o relevo, considerando a topografia de encostas; Vizinhança com a casa de Gilberto Freire; Residência dos Irmãos Idosos de todo o Brasil; Faculdade de Direito de Nível “A”; Instalações mais modernas. Histórico de Apipucos: A chegada dos Irmãos Marista ao Nordeste. Assistência Social com cursos profissionalizantes. Criação do Colégio Santa Terezinha. CRC – Curso de Recuperação de Computadores e Casa de assistência aos Irmãos Idosos. Faculdade Marista do Recife: Expansão das atividades; Objetivo do projeto arquitetônico; Justificativas da

escolha do local tradição regional e preocupação com a qualidade do ensino. Itens a considerar: O projeto de reforma (complemento da atividade existente). Bloco de salas de aulas e demais dependências, projetado em um antigo campo de futebol; Estacionamento para 391 vagas, Auditório, Acessos. Bloco A- Construção de cantinas, salas de aula, laboratórios e acréscimo do refeitório dos Irmãos e do Centro de Recuperação de Computadores (CRC- destinado a aulas de computação e recuperação de computadores para alunos carentes). BLOCO B- Acréscimo do 1º pavimento da Casa de Repouso dos Irmãos Idosos. BLOCO C- Reforma com acréscimo e decréscimo do Colégio Conceição. BLOCO D- Demolição. BLOCO E - Construção de laboratórios e salas de aula. BLOCO F- Construção de auditório. BLOCO G- Construção de prédio para estacionamento de veículos. BLOCO H- Construção de vestiários e quadra coberta para utilização dos alunos do Colégio Conceição. Concomitantemente ao benefício à população carente local, existe também a contribuição cultural através do funcionamento da Faculdade Marista do Recife, com cursos de nível de graduação em Direito, Administração, Design, TI, de pós-graduação e doutorado, oferecendo para os alunos e público em geral o acesso à biblioteca, palestras, entre outros. Com a expansão no universo cultural social e econômico, o Colégio Conceição e a Faculdade Marista do Recife, contribuem sobremaneira, para que o Recife ofereça melhores condições de conhecimento e facilidade na formação de profissionais capacitados para serem inseridos no mercado de trabalho. Com relação do empreendimento, todos os usos existentes foram mantidos apenas otimizados quanto a sua oferta tais como: Guarda de veículos em bloco próprio, liberando os espaços para circulação dos alunos com mais segurança e conforto. Auditório em bloco próprio onde palestras podem se ministradas para um número maior de participantes, assim como festividades de formatura. Café, e lanchonete, serviços que apresentam uma estrutura enxuta, mas com funcionalidade, que garantem maior conforto aos seus usuários. Adaptando-se ao relevo existente o projeto foi planejado de forma a fazer parte integrante do espaço, apresentar e também oferecer aos alunos, um diferencial cultural em recompensa as suas necessidades, complementando assim as atividades retiradas existentes, com o potencial construtivo aquém do exigido, sem prejuízo da área verde e respeitando as Legislações existentes, tendo suas utilizações abaixo descritas. Cronograma previsto para implantação do Empreendimento: No início da análise deste processo, tínhamos elaborado um cronograma para a implantação do Empreendimento em 04 (quatro) anos, entretanto, em face da crise financeira que assola o nosso país, inclusive com a redução de 30% do corpo de nossos alunos, acreditamos que sua conclusão demandará em uma elasticidade do prazo, podendo chegar a 8 (oito) anos. Impacto sobre a Infraestrutura Básica: Aprovação das

Concessionárias, através de suas cartas de anuência, viabilizando a implantação do empreendimento; Aprovação do projeto arquitetônico pela SMAS, CTTU, e IPHAN observando todas as legislações urbanísticas ambientais e de patrimônio incidentes no empreendimento. Considerando que o Empreendimento já possui poço e fossa, inclusive com a licença de Operação n°03.17.03.000713-9 emitida em 17/04/2014 com validade até 16/04/2022 (cópia anexa). Impacto sobre o Meio Ambiente Natural e Construído: Modificação da cobertura vegetal – Com soluções para reduzir o impacto ambiental, a reforma foi projetada garantindo inserção entre duas linguagens, o verde e o cultural. A harmonia com a paisagem garante dignidade ao usuário e respeito ao meio ambiente comprovados através da existência de vegetação com área de 101.790,01m², assim como a presença de árvores adultas preservadas, devidamente catalogadas e plantadas e substituição as retiradas conforme orientação da Diretoria do Meio Ambiente, aprovado em 12/12/2015, pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Modificação do relevo natural: O terreno é em aclive não possui áreas alagáveis, tendo o Projeto de Remembramento e Demarcação aprovado em 12/05/2006 de n° 7300016/2006. Impacto sobre o ambiente construído da vizinhança. O projeto foi aprovado pelo IPHAN em 03/03/2017, onde considerou o potencial paisagístico reconhecido, e minimizou o impacto das edificações propostas, envolvendo-as com densa vegetação arbórea, otimizando e harmonizando assim a implantação do empreendimento. Impacto sobre os Transportes: Encontra-se anexado ao processo, Parecer Técnico GGET/CTTU-N°010/2016-Estudo de Impacto sobre os Transportes, já devidamente analisado pela CTTU, com a concordância do proprietário em ceder parte do terreno para a ampliação da malha viária, com a finalidade de buscar melhorias para o trânsito na área do entorno do empreendimento, mitigando assim impacto no tráfego existente e gerado pelo empreendimento.” Concluindo, o arquiteto apresentou imagens da Faculdade Marista. Apresentação em anexo. Concluída a apresentação, Dr. João Braga solicitou à conselheira relatora, arquiteta Rúbia Maria Simões Campelo, representante da Autarquia de Urbanização do Recife- URB, que fizesse a leitura do seu parecer. A conselheira Rúbia iniciou dizendo que “essa relatoria me deu um certo trabalho, pois o processo do projeto é trabalhoso. Foi iniciado em 2014, arquivado em 2016 e agora reaberto. Fazendo em seguida a leitura do seu parecer.” Autarquia de Urbanização do Recife – URB. Diretoria de Planejamento e Projetos – DPP. Recife, 23 de fevereiro de 2018. Ao Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. Processo N° 07.50107.2.16 – Réplica do processo indeferido por decurso de prazo N° 07.18302.1.14. Relatora: Rúbia Maria Simões Campelo (suplente). Representante da Autarquia de Urbanização do Recife (URB- Recife). Interessado: União Norte Brasileira de Educação e



Cultura – UNBEC. Objeto: Projeto de reforma com acréscimo de área para a Faculdade Marista do Recife – estabelecimento educacional. Localização: Rua Jorge Tasso Neto, 318, Apipucos, Recife-PE. Senhoras e Senhores Conselheiros, Cumprimentando-os cordialmente, vimos submeter às Vossas Senhorias o presente parecer, que trata da análise do projeto de reforma com acréscimo de área de construção para um estabelecimento educacional, réplica do processo indeferido por decurso de prazo, nº 07.18302.1.14 e arquivado em 06/06/2014, apresentado pela União Norte Brasileira de Educação e Cultura, na localização em epígrafe. Considerações iniciais. O projeto do empreendimento em tela é resultado de reforma com acréscimo de área do imóvel onde funciona a Faculdade Marista do Recife, situada na Rua Jorge de Tasso Neto nº 318, no bairro de Apipucos, na cidade do Recife. A análise foi realizada sobre processo contendo formulários, pareceres e anexos, que são: jogo de plantas do projeto de arquitetura (pranchas 01/29 a 29/29), carimbadas pela SDSMA – Setor de Licenciamento Ambiental, com data de 29/12/2017; Memorial Justificativo do empreendimento de impacto e Relatório de Impacto na Circulação. Legislação Urbanística. O empreendimento está projetado em terreno que tem como vias principais confrontantes: R. Jorge de Tasso Neto, Rua Dois Irmãos, Rua Itatiaia e faixa marginal da BR-101, além de confrontações com terrenos de terceiros, no bairro de Apipucos, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco. O imóvel está situado na ZAN Capibaribe, APA Apipucos, de acordo com o Decreto Municipal nº 22.460/2006, Unidade de Conservação Açude de Apipucos, regulamentado pela Lei 16.609/2000. - Encontra-se situado no SPAN 3 (Setor de Proteção do Ambiente Natural 3) e SIC 5 (Setor de Intervenção Controlada 5), enquadrando-se no Requisito da letra “h”-“ Setor sujeito à apreciação pelo IPHAN, devido à existência de monumento tombado - Vivenda Santo Antônio de Apipucos, Monumento Nacional / Processo 1245-T-87 de 21 de novembro de 1988, onde funciona a Fundação Gilberto Freyre. A antiga casa provincial de Apipucos, marco da chegada dos irmãos Maristas no norte do Brasil, em 1911, encontra-se na lista para classificação como imóvel especial para a preservação. - É classificado como IPAV, de acordo com a Lei nº 17.692/2011, onde remete à apreciação pela SDSMA, anteriormente denominada SMAS, conforme artigo 128 da Lei nº 17.511/08 e Instrução de Serviço Conjunta DIRCON/DIRMAM nº 001/2007, que institui procedimentos de análise de projetos arquitetônicos. De acordo com o Decreto nº 27.529/2013, por se tratar de empreendimento de impacto, foi emitida a OPEI – Orientação Prévia para Empreendimento de Impacto, em 01/09/2014, sob o Protocolo 07.25342.5.14. Caracterização do Empreendimento. O empreendimento se insere num terreno com área de 126.941,02 m², confrontando-se principalmente com a Rua Jorge Tasso Neto, Rua Itatiaia, Av. Dois Irmãos, faixa marginal da

126.941,02 m2, confrontando-se principalmente com a Rua Jorge Tasso Neto, Rua Itatiaia, Av. Dois Irmãos, faixa marginal da BR-101 e demais confrontações com imóveis de terceiros. Cabe ressaltar que, dentre esses, o imóvel de nº 92 (Fundação Gilberto Freyre), que é tombado sob legislação federal. O projeto apresenta uma área de construção de 29.056,53 m2, dos quais 10.929,56 m2 são de área existente e legalizada através do Aceite-se nº 73000094/2009 e 18.126,97 m2 são de área acrescida para a reforma, sem alteração de uso. O empreendimento abriga atividades educacionais e se organiza espacialmente em oito blocos. É composto pela Instituição Beneficente denominada Colégio Conceição, a Escola de Ensino Superior, a Casa de Repouso dos Irmãos Idosos, o Refeitório dos Irmãos Marista, a Igreja e o Centro de Recuperação de Computadores; que se distribuem nos blocos A, B e C. O projeto apresenta o incremento de quatro blocos (E, F, G e H) para laboratórios, salas de aula, auditório e quadra coberta com vestiários. Quadro resumo do empreendimento:

ITEM	ÁREA
Terreno	126.941,02 m ²
Área total de construção computável existente	10.929,56 m ²
Área total de acréscimo	18.126,97 m ²
Área total de construção	29.056,53 m ²
Coefficiente de utilização	0,23
Área de Solo Natural	101.790,01 m ² (80,18%)
Vagas para veículos *	446
População do empreendimento **	1.456

* fonte : memorial justificativo de empreendimento de impacto

** fonte : relatório de impacto na circulação, pg.79 e 80. Histórico do Processo. LINHA DO TEMPO - Processo Faculdade Marista.

2014	Projeto de reforma com acréscimo de área. Processo nº 07.18302.1.14, de 06/06/2014
	Orientação Prévia para Empreendimento de Impacto (OPEI), emitido em 01/09/2014
2016	Parecer da CTTU 18/04/2016, sobre o processo nº 07.18302.1.14
	Projeto indeferido por decurso de prazo em 30/08/2016
	Réplica do Projeto dada entrada em 22/11/2016. Processo nº 07.50107.2.16 (ainda com exigências - parecer de 19/12/2016-DIRCON)
	Processo encaminhado para a DPPC em 19/12/2016

	SELURB apresenta "de acordo" do Relatório de Impacto na Circulação em 16/03/2016, com ressalvas para que o acesso de entrada seja realizado pela R. Jorge Tasso Neto e saída pela Rua Itatiaia, além da devida semaforização na Av. Dois Irmãos
	Parecer favorável da CTTU, ratificando o parecer da SELURB com relação aos acessos
2017	A DPPC é favorável ao projeto em tela, mas remete ao atendimento das exigências junto ao IPHAN, em 06/02/2017
	IPHAN aprova a implantação dos Blocos F e G (auditório e garagem) em 03/03/2017
	Foi anexado ao processo, o memorial justificativo do empreendimento, em dezembro de 2017
	Emissão de LP pela SDSMA (nº 02.17.12.003262-4) em 29/12/2017, com exigências para LI
2018	Parecer urbanístico da DIRURB/Divisão de Normatização e Análise Viária instruindo o processo à CCU, em 12/01/2018
	Parecer favorável à aprovação da Relatora da CCU em 23/01/2018

Conclusão: O projeto atende aos parâmetros urbanísticos definidos para a área em que se insere, no entanto, fazemos as seguintes recomendações: 1.Com relação ao sistema viário:1.1Que sejam adotadas as recomendações da SELURB e da CTTU com relação à semaforização e aos acessos de entrada pela R. Jorge Tasso Neto e saída pela R. Itatiaia, porém, mantendo os dois sentidos de fluxo para os moradores destas ruas; 1.2 Que seja invertido o acesso de entrada e saída ao bloco de estacionamento (bloco G) em função da recomendação acima da SELURB e da CTTU. 2. Com relação ao meio ambiente: 2.1 Que sejam cumpridas as recomendações estabelecidas na Licença Prévia emitida pela SDSMA.3.Com relação à preservação do patrimônio cultural:3.1 Que o projeto de maio de 2017 seja submetido aos órgãos de preservação (DPPC e IPHAN) para a aprovação final (Decreto-Lei 25/37, artigo 18, regulamentado pela Portaria 420/2010).4.Com relação ao atendimento aos requisitos de acessibilidade:4.1 Que o projeto identifique as vagas especiais e represente, em planta, a rota acessível entre os blocos. Pelo exposto, concluímos que o projeto atende às recomendações das instâncias de análise, tendo como mitigações sugeridas a) Ações de requalificação e/ou implantação de espaços públicos (ex: praças, iluminação pública, embutimento de redes aéreas, entre outros), sobretudo no entorno imediato, a exemplo da ZEIS Apipucos (OPEI); b) Cessão de parte do terreno e execução das obras para a nova circulação na interseção da Rua Dois Irmãos com a Av. da Recuperação (BR101) (DIRURB e CTTU); c) Intervenções nas calçadas das ruas Jorge de Tasso Neto e Itatiaia, dotando-as de acessibilidade (DPP-URB/RECIFE).Rúbia Maria

Simões Campelo, representante (suplente) da Autarquia de Urbanização do Recife (URB-Recife).” Apresentação das inserções volumétricas, em anexo. Concluída a leitura do parecer, o presidente parabenizou a relatora Rúbia Campelo. Antes de dar início ao processo de discussão, Dr. João Braga passou a palavra à sua suplente Dra. Taciana Maria Sotto- Mayor para uns esclarecimentos. “Quero esclarecer um item da análise da relatoria da conselheira Rúbia com relação ao sistema viário: É sobre a exigência de mão única nos acessos à Faculdade Marista. Na realidade, o que se quer é que à Faculdade controle os acessos: Entrar pela via “x” e sair pela rua “y”. As vias continuarão sendo mão dupla.” Iniciando o processo de discussão, Dr. João Braga passou a palavra ao conselheiro Henrique Lins – Clube de Engenharia. “Todo público que não faz parte da faculdade, vai usar a mão dupla? E o público da faculdade a mão única? Como esse público vai ser distinguido? Dra. Taciana respondeu o que vai mudar é o controle da faculdade, entrada e saída. Outra coisa, o empreendimento adotará as recomendações da DIRURB e da CTTU que estão redigidas no processo. Elas serão adotadas na conclusão do processo, bem como as recomendações da Secretaria de Meio Ambiente, no momento da licença de instalação. Meio Ambiente irá conferir se tudo foi atendido, e com relação à preservação do patrimônio cultural, será a DPPC. Por sinal esse processo foi amplamente discutido na DPPC. O conselheiro representante do IPHAN, Marcelo Freitas pode se pronunciar se assim desejar. Sobre os carimbos nas plantas, a Central de Licenciamento, quando for fazer a conferência final, irá remetê-lo para os carimbos necessários. Com relação à acessibilidade, fica como recomendação do CDU, que o analista faça uma revisão mais detalhada dessas questões.” Complementando, Dr. João Braga disse: “nas reuniões que tivemos com os responsáveis pela Faculdade Marista, apresentamos um projeto para reduzir as retenções que existem embaixo do viaduto de Dois Irmãos, criando uma solução de se chegar à BR101, através de um alargamento da pista lateral. Houve concordância da direção do Marista. Será uma das ações mitigadoras proposta, à cessão de parte do terreno (6 m), para um novo acesso à BR101, que será executada pela EMLURB.” Passando a palavra ao conselheiro Marcos Carvalheira de Mendonça, representante do IAB/PE “A localidade e a vizinhança do empreendimento impressionam. Numa área da cidade, com uma paisagem ambiental extremamente expressiva. Com uma identificação, a casa do sociólogo Gilberto Freyre. Do outro lado da BR101, temos uma mata bastante grande, razoavelmente, conservada, que se estende até o Açude do Prata. Uma paisagem recifense que merece um cuidado especial. Estamos tratando de um projeto que triplica a área construída dentro do Marista, aparentemente sem maiores impactos na visualização

do conjunto. Reforço o descrito pela conselheira relatora, no seu parecer, que o projeto seja enviado ao IPHAN para pronunciamento, de maneira especial, sobre o conjunto e sobre o impacto que poderá ocasionar." A seguir, O presidente passou a palavra ao conselheiro Marcelo de Brito Albuquerque Pontes Freitas, representante do IPHAN. "De fato o projeto não foi aprovado pelo IPHAN. O que houve foi uma análise prévia da questão da implantação, especificamente dos dois blocos (auditório e estacionamento). Houve uma sinalização favorável à solução de implantação. Numa versão de projeto que não é o que foi analisado pela conselheira relatora. O projeto precisa da aprovação prévia do IPHAN, de acordo com o Decreto- Lei nº 25. O olhar será para conferir se a solução de implantação corresponde à versão analisada anteriormente, se é a atual. Quanto a questão colocada pelo conselheiro Marcos Mendonça, o ano passado começamos a desenvolver alguns estudos voltados para essa área, mais particularmente para definição da regulamentação dos parâmetros de preservação na área do entorno da casa de Gilberto Freyre. O entorno é preservado em função do bem tombado." Dando continuidade, o presidente passou a palavra à conselheira Ana Cristina Assis de Oliveira, representante da Agência CONDEPE/FIDEM." Falarei como conselheira e como ex-analista de processo da Prefeitura do Recife. Sou integrante também da CCU, e fui relatora desse processo que, na Comissão, foi aprovado por unanimidade. Na CCU, não nos preocupamos como o arquiteto elaborou seu projeto. Nossa preocupação está em outro patamar. No CDU, a visão é mais ampla. Quando o processo tramitou na CCU, foram aprovadas duas ações mitigadoras: a) Cessão de parte do terreno para execução do projeto de nova circulação na interseção da Rua Dois Irmãos com a Av. da Recuperação (BR-101), conforme sugestão da CTTU; e, b). Participação na execução do projeto de cruzamento da Av. da Recuperação (BR-101) com a Av. Apipucos, conforme projeto da TECTRAN. Para mim não ficou claro se essas ações serão mantidas. Preciso entender melhor qual o papel da CCU e a do CDU." Passando em seguida a palavra ao conselheiro Marcos Germano- SAEPE. "Senti falta na apresentação do arquiteto Paulo Gabardo, das plantas do projeto. Só agora estou vendo uma planta que está aberta na mesa. A falta das plantas na apresentação dificultou muito nosso entendimento. Sei que não cabe discutir no Conselho filigrana do projeto mas as questões dos acessos, indicação do tráfego urbano, são observações pertinentes ao CDU. Entendo como importante, como única forma de preservar essa área, manter o ambiente verde é proporcionar viabilidade econômica ao entorno. Caso contrário, vai se transformar numa favela, numa constante invasão. Volto a dizer: a apresentação do projeto foi falha. Votaria a favor da intenção do

empreendimento.” Passando a palavra ao conselheiro João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do ICPS. “Inicialmente, quero registrar também a dificuldade de entender a proposta pela falta de um material gráfico. Devido a isso, houve dificuldade de entendimento em relação ao que seria construído nos dois blocos. Foi abordado um pouco no sentido da manutenção da mão dupla, em função dos moradores. O fluxo do empreendimento deverá ser no sentido único. Foi colocada a necessidade do acesso à Av. Dois Irmãos ser semaforizado. Há dificuldade de visualizar o que resultará isso. Se um sinal, se dois sinais, se tem giro à esquerda, se não tem. Entendemos que houve uma análise, uma percepção técnica que a solução apresentada é satisfatória. Quero reforçar a questão da ação mitigadora, se a relatora entendeu que as intervenções de implantação de novos semáforos, dos ajustes na sinalização, serão de responsabilidade do interessado do empreendedor. Gostaria de um esclarecimento em relação ao edifício garagem, aliás mais ainda e principalmente do auditório. Como ele fica na posição de subida, na tentativa da espacialização que foi feita pela relatora, observamos uma massa um pouco mais contundente e sabemos que o edifício garagem de uma forma geral não tem um tratamento muito elevado. A recomendação seria acomodá-lo melhor nessa massa verde da Colina. Por último, registrar, já mencionado pelo conselheiro Marcelo, o ICPS, a DPPC estão realizando reuniões específicas a respeito da área da Colina de Apipucos, em função do tratamento da casa de Gilberto Freyre, no sentido de uma compatibilização maior dos normativos, de uma leitura da manutenção dessa ambiência.” Dando continuidade, Dr. João Braga passou a palavra ao conselheiro Eduardo Fernandes de Moura, representante da ADEMI/PE. “Quero primeiro parabenizar a conselheira relatora, Rúbia Campelo. Os detalhes do projeto ao meu ver, são voltados para o empreendedor. Se estiver respeitando todas as normas de acessibilidade, dentro da legislação vigente, não cabe ao Conselho discordar. A relatora mostrou e desvendou a questão do volume que poderia gerar alguma dúvida do que foi apresentado. Concluindo, sugiro que o projeto seja hoje aprovado, condicionado à aprovação do IPHAN. Não precisando retornar ao Conselho.” Passando a palavra à conselheira Ana Maria Moreira Maciel, representante do CAU/PE. “Um empreendimento dessa natureza, que tem como exercício à função da educação, com certeza garantirá a qualidade ambiental do território. Passível de ser aprovado, guardadas as ressalvas anteriormente mencionadas. Gostaria que fosse colocada na tela a última imagem, uma simulação vista a partir da rua Jorge Tasso Neto. Essa imagem na realidade, impactou os arquitetos presentes neste fórum. Acho que a mitigação dessa sensação poderia ser encontrada de diversas formas, de diversos caminhos, respeitando a posição

que o IPHAN tomará na sua análise. Especificamente sobre a imagem de simulação, que se fizesse as correções, sugerindo novos caminhos. Em relação ao impacto, essa via deverá permanecer de mão dupla. O fluxo dos alunos e servidores estaria atendido pelo circuito interno proposto pelo projeto. A apresentação teve deficiência gráfica, gerando incômodo no nosso posicionamento. Pela abertura rápida nas plantas que hoje tivemos acesso, tinha compreendido que o bloco do laboratório e da quadra ficariam naquele local que já foi desmatado. Pela planta observei que o campo permanece. O projeto é extremamente válido, foi analisado em todas as instâncias pertinentes, as mitigações já apontadas. Faltou a parte gráfica na apresentação do arquiteto do projeto, que dificultou muito o entendimento. Pela fala do arquiteto Paulo Gabardo, as supressões serão necessárias, obviamente, e se darão por espécies vegetais de pouca monta, como bananeiras, por exemplo.” Neste momento, o arquiteto Paulo Gabardo justificou algumas falhas, alegando ser a primeira vez que apresenta um projeto no CDU.” Não apresentei as plantas, porque não achei que fosse necessário.” O arquiteto abriu a planta de localização do edifício garagem e fez algumas colocações. “No IPHAN, eles pediram que fizéssemos o recuo do edifício garagem. Não está aí, mas será atendido. O acesso ao estacionamento, estamos esperando que o processo seja aprovado. Temos grande preocupação quanto à visibilidade da faculdade. Isso será feito quando tivermos o recuo para a abertura da variante da CTTU, que irá determinar a via.” Passando a palavra à sua sócia, arquiteta Nadjane Teixeira de Paiva. “Houve um mal-entendido com relação às informações dadas pelo IPHAN. Existe no IPHAN um projeto exatamente igual a esse que estamos ora analisando. Tivemos várias reuniões no Instituto, onde ficou decidida a entrada da edificação. Houve um recuo de 3m. A imagem da simulação apresentada pela relatora do CDU, não está correta. Ela é bem mais baixa. A cobertura do estacionamento vai rente com o solo, uma cobertura verde. O IPHAN solicitou também que fizéssemos um cinturão verde ao redor. Em termo do IPHAN, foi bem discutida a implantação.” A seguir, o presidente passou a palavra à conselheira relatora, Rúbia Campelo- URB.” As plantas que estão no IPHAN, não são iguais a essas que estão no processo. As que estão no IPHAN não têm cotas. O projeto que se encontra lá foi cadastrado em 2016. Pode ser que não haja diferença na implantação, mas é importante voltar ao IPHAN, até mesmo para carimbar as plantas. Com relação aos acessos, nós analisamos o que recebemos, o que foi anexado ao processo. O acesso mencionado pelo arquiteto Paulo Gabardo, não temos conhecimento, não consta do processo. Como também não sabemos onde será a via de desaceleração, citada por ele. Não temos condições de dizer ao Ministério Público que não apresentamos rota acessível.


PREFEITURA DO
RECIFE

O Ministério vai exigir as vagas que a legislação determina. Tudo tem que estar discriminado, pintado. Vagas: Idoso, deficiente, gestante.” Passando a palavra ao conselheiro Marcos Mendonça - IAB/PE. “Não ouvi ninguém discutir a validade do empreendimento. O fato de se está triplicando a área existente já construída. É óbvio que não podemos nos pronunciar sobre um projeto sem conhecê-lo. As inclusões feitas no projeto, mostraram impactos absolutamente indesejáveis. A subida da casa de Gilberto Freyre ficou ladeada por duas “coisas” enormes que evidentemente não deveriam estar naquele local. É imprescindível que examinemos um projeto na sua totalidade. Sempre se deve examinar um projeto completo. Dessa maneira nem deveria ter sido colocado em pauta.” Prosseguindo, Dr. João Braga passou a palavra à conselheira Ana Cristina, representante da Agência CONDEPE/ FIDEM. “Quero fazer uma observação sobre uma colocação do conselheiro do IAB, Marcos Mendonça, que também me preocupa, mais ainda quando vejo um projeto com um potencial construtivo de 0,23 e 80% de solo natural. Temos que nos preocupar com este tipo de coisa, e não, onde o carro sobe ou desce. Isso é atribuição dos analistas da CELIC. Precisamos ver o que é bom pra cidade. Incentivar preservação do meio ambiente. Nossa preocupação no CDU tem que ser macro. Sobre a semaforização citada pelo conselheiro João Domingos, não deveríamos questionar um relatório elaborado pela CTTU, pois ela entende do assunto muito mais do que nós. Na tramitação do projeto na CCU, tivemos mais clareza, pois colocamos as plantas do projeto na mesa.” Passando em seguida a palavra ao conselheiro Eduardo Moura – ADEMI/PE. “Concordo com a conselheira Ana Cristina quando ela diz que o papel do CDU é macro. Não nos cabe analisar detalhes do projeto. Se as questões recomendadas pela legislação vigente não tiverem contempladas, com certeza nem no Conselho o projeto estaria. O papel do CDU é ver o que é melhor para a cidade, como o projeto será encaixado na cidade. Em relação às mitigações, elas foram objeto de estudo na Prefeitura pela TECTRAN, com ganho de bonificação que é a cessão dos 06 metros do terreno para a nova interseção da Rua Dois Irmãos com a Av. da Recuperação (BR101). A ZEIS existente na localidade foi instalada no terreno doado pelo proprietário do empreendimento. O secretário João Braga está com um projeto muito interessante de Regularização Fundiária para a cidade do Recife. Temos que ter o cuidado para que o processo não fique inviabilizado por mitigações. Devemos definir hoje se o projeto é importante para a cidade, condicionando-o à aprovação do IPHAN, sem necessidade de voltar ao Conselho. “Neste momento, o presidente passou a palavra ao arquiteto do projeto, Paulo Gabardo. “O projeto é este que apresentei. Quando falei da possibilidade de uma rua paralela para acesso, é pro futuro.

Hoje o acesso não acarreta problema, pois não há fluxo de trânsito. Os alunos, quando chegam nos seus horários, estacionam o carro dentro da faculdade. Em relação ao aspecto da acessibilidade, é notório que na fase de licença de construção iremos apresentar.” A seguir, Dr. João Braga passou a palavra à Taciana Maria Sotto- Mayor. “Só para deixar claro como se faz a análise com relação a acessibilidade, que é de responsabilidade dos técnicos da CELIC. Na maioria das vezes fica apenas registrado nas plantas que deverá atender a acessibilidade, não só de construção, mas também sonora, visual que será cumprida de acordo com a NBR, com responsabilidade dos autores do projeto. Uma das * - questões levantadas pela conselheira Rúbia Campelo, foi que faltava uma vaga para / * - deficiente. No projeto teriam 7 e seriam 8. Na análise final, quando o técnico for fazer o checklist de todas observações / recomendações, tudo será exigido e cumprido. Não existe nenhum impedimento com relação ao projeto. Com relação aos blocos, fui olhar a planta e podemos ver que de um lado e de outro existe uma faixa verde, que segundo a arquiteta Nadjane, foi exigência do IPHAN. A conselheira Ana Maciel tem razão, lá dentro tem um bloco e uma quadra de futebol. O CDU tem que avaliar o impacto do empreendimento na paisagem, esse é seu papel, juntamente com a definição das ações mitigadoras.” Concluída a discussão, Dr. João Braga repassou a palavra à Dra. Taciana para o encaminhamento do processo de votação. “Na realidade é o parecer da conselheira relatora que iremos aprovar, ou não. Ele sugere três ações mitigadoras: a) Ações de requalificação e/ou implantação de espaços públicos (ex: praças, iluminação pública, embutimento de redes aéreas, entre outros), sobretudo no entorno imediato, a exemplo da ZEIS Apipucos (OPEI); b) Cessão de parte do terreno e execução das obras para a nova circulação na interseção da Rua de Dois Irmãos com a Av. Recuperação (BR101) (DILURB e CTTU); c) Intervenções nas calçadas das ruas Jorge de Tasso Neto e Itatiaia, dotando-as de acessibilidade (DPP-URB/RECIFE). A primeira ação mitigadora, pelo que entendi na discussão, já tinha sido realizada, quando da demarcação do terreno uma vez que foi desprezada a área ocupada pela ZEIS, podendo agora o Município proceder a regularização fundiária. A segunda mitigação proposta, a execução das obras já está sob a responsabilidade da EMLURB. A terceira sugestão de mitigação, na realidade, existe uma dificuldade enorme de executar essa medida mitigadora. Já tivemos experiência em aprovar mitigação de calçamento e o empreendimento não teve possibilidade de cumprir. Porque fazer calçadas dos outros é muito difícil, até mesmo para o Município. Por esta razão, sugiro que essa ação seja retirada devido a impossibilidade de, no futuro, fazer cumprir.” Neste momento, o conselheiro Marcos Mendonça – IAB, solicitou a palavra e disse: o parecer da relatora na

última folha faz algumas recomendações que são relevantes. Todas, sobretudo com relação à preservação do patrimônio cultural” Dra. Taciana voltou a explicar que todas as recomendações serão acatadas e avaliadas pela analista do processo. No momento, estamos decidindo as ações mitigadoras.” Passando a palavra ao conselheiro João Domingos- ICPS. “Fiz uma sugestão sobre a semaforização que eventualmente seja necessária, quando da implantação dos blocos. Isso está contemplado no parecer, ou será votado à parte? Lembro que o custo será do interessado, do empreendedor. Em relação a mitigação de calçadas, se não for possível, que o custo da ação seja depositado no Fundo de Desenvolvimento Urbano.” Em seguida, o presidente passou a palavra à conselheira relatora, Rúbia Campelo. Se reportando ao conselheiro João Domingos, a conselheira falou que “essa semaforização foi sugerida no processo pela CTTU e pela DILURB. Na realidade, tem que ser feito um estudo viário mais amplo na área. Não sei exatamente como será feito. Em relação às calçadas, discordo de Taciana. Penso, se não fizermos esse exercício, não conseguiremos nunca. Naquele local há necessidade. O usuário da faculdade não é só o motorizado. Naquelas calçadas, ninguém circula, não tem a menor acessibilidade. Concordo plenamente com a sugestão do conselheiro João Domingos, em relação ao depósito no Fundo de Desenvolvimento Urbano.” Dr. João Braga disse: Recife nunca teve preocupação com calçadas. Colocar como mitigação, por parte do empreendedor é muito difícil à execução. Pode ser colocado como depósito no Fundo. Em seguida, Dra. Taciana colocou uma nova proposta de ações mitigadoras: 1) Cessão de parte do terreno para a nova circulação na interseção da Rua Dois Irmãos com a AV. da Recuperação (BR101), sendo a obra executada pela EMLURB. 2) Depósito no Fundo de Desenvolvimento Urbano no valor correspondente ao custo da execução de intervenções nas calçadas das Ruas Jorge de Tasso Neto e Itatiaia dotando-as de acessibilidade. 3) Custeio da semaforização e sinalização horizontal e vertical para as vias de acesso ao empreendimento (Jorge de Tasso Neto e Itatiaia), se, quando do funcionamento do empreendimento, for verificada esta necessidade.” Neste momento o presidente passou a palavra à conselheira Sandra Pires Barbosa, representante da OAB/PE. “Não vou me alongar, pois o processo já foi bem debatido. Mas, o arquiteto do projeto Paulo Gabardo poderia ter explorado melhor, trazendo por exemplo, o valor da área que o proprietário doou ao Município. Informação relevante para ser considerada pelo Conselho. Talvez, quem sabe, só o valor da área doada seria suficiente como mitigação. Passando a palavra ao conselheiro Marcelo Freitas do IPHAN. “Só um esclarecimento, iremos votar o parecer da conselheira relatora, que inclui a recomendação que o projeto terá que ser remetido ao IPHAN e ao DPPC?” Obteve

resposta positiva. Em seguida, Dr. João Braga colocou em votação o parecer da conselheira relatora, arquiteta Rúbia Maria Simões Campelo, representante da Autarquia de Urbanização do Recife- URB. Por unanimidade os conselheiros aprovaram o parecer da relatora, exceto no que se refere às ações mitigadoras. As ações mitigadoras impostas pelo CDU são: 1) Cessão de parte do terreno para a nova circulação na interseção da Rua Dois Irmãos com a AV. da Recuperação (BR101), sendo a obra executada pela EMLURB. 2) Depósito no Fundo de Desenvolvimento Urbano no valor correspondente ao custo da execução de intervenções nas calçadas das Ruas Jorge de Tasso Neto e Itatiaia dotando-as de acessibilidade. 3) Custeio da semaforização e sinalização horizontal e vertical para as vias de acesso ao empreendimento (Jorge de Tasso Neto e Itatiaia), se, quando do funcionamento do empreendimento for verificada esta necessidade” Finalizando, Dr. João Braga agendou a próxima Reunião Ordinária para o dia 23 de março de 2018. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu Graça Sá Barreto, secretária-executiva, lavrei a presente Ata, que vai ser assinada pelos conselheiros presentes. Recife 23 fevereiro de 2018.

João Batista Meira Braga – Presidente _____
Taciana Maria Sotto-Mayor – Suplente do presidente _____
Emília Márcia Teixeira Avelino (Mana) – SEMOC (titular) _____
Luzia Silmira Meira (Mira) – DILURB (suplente) _____
Leonardo Bacelar de Araújo – Sec. Infraestrutura e Habitação (suplente) _____
João Domingos P. da Costa Azevedo- SEPLAN (titular) _____
Rúbia Maria Simões Campelo – Autarquia – URB (suplente) _____
Cláudia de Oliveira Calábria – CEF (suplente) _____
Ana Cristina Assis de Oliveira – CONDEPE/FIDEM (suplente) _____
Marcelo A. Pontes Freitas – IPHAN/PE (titular) _____
André Callou da Cruz – FIEPE (suplente) _____
Paulo José Pessoa Monteiro – CDL/RECIFE (suplente) _____
Eduardo Fernandes de Moura – ADEMI/PE (titular) _____
Sylvio Romero G. Cavalcanti CREA (suplente) _____
Ana Maria Moreira Maciel – CAU/PE (suplente) _____
Sandra Pires Barbosa – OAB/PE (suplente) _____
Marcos Germano dos Santos Silva – SAEPE (titular) _____
Marcos Carvalheira de Mendonça – IAB-PE (titular) _____



PREFEITURA DO
RECIFE

Henrique Marques Lins – Clube de Engenharia (suplente) Henrique Marques Lins

Maria Lúcia da Silva – FIJ (titular) Maria Lúcia da Silva

